

ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL, ATORES E PAPÉIS FUNDANTES: uma revisão sistemática

JULIA PIRES SILVA CARVALHAES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

IVANA APARECIDA FERRER SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

PÂMELA INGRID SIMIONI COSTA

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

Agradecimento à orgão de fomento:

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento por todo o apoio e incentivo que vocês têm proporcionado ao longo dos anos. Através do seu trabalho incansável em promover o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento na área de administração, vocês têm desempenhado um papel fundamental no avanço da pesquisa e na formação de profissionais qualificados. As oportunidades e recursos que vocês disponibilizam têm sido essenciais para impulsionar o progresso acadêmico e científico, permitindo que pesquisadores, professores e estudantes se envolvam em projetos inovadores e de alto impacto.

ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL, ATORES E PAPÉIS FUNDANTES: uma revisão sistemática

1 . INTRODUÇÃO

A inovação social (IS) está relacionada ao desenvolvimento e à implementação de novas ideias, produtos, serviços e modelos, visando potencializar as condições sociais, políticas e econômicas de uma sociedade (MAIR; MARTÍ, 2006). Diante dos desafios globais e multicomplexos que se apresentam na atualidade, a IS surge como um conceito que impacta diversos problemas como pobreza, desigualdade e exclusão social. Entretanto, a operacionalização desse conceito nos territórios ainda se revela uma realidade difusa, pois cada região possui suas próprias características e dinâmicas socioeconômicas, ambientais, institucionais e culturais. Ao aprofundar o entendimento do que vem a ser o papel dos atores dentro de um ecossistema de inovação social será possível descortinar a importância da integração entre os agentes envolvidos que, por sua vez, nortearão as mudanças que contribuem para o bem comum.

Vale frisar que há mecanismos e arranjos institucionais que podem potencializar ou subsidiar o fortalecimento da IS nos territórios, a estes se dá o nome de ecossistema de inovação social (EIS). Assim, entender a dinâmica de um EIS, como seus atores executam de forma eficaz seus papéis, pode vir a otimizar a busca por soluções às insatisfações locais. De acordo com Sánchez-Barrioluengo et al. (2015), um EIS engloba diferentes atores, recursos e interações que promovem a IS em uma determinada região, visando promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Diante da urgência em que se busca otimizar os EIS nas regiões, levanta-se o seguinte questionamento: Até que ponto a atuação dos atores pode subsidiar os territórios em solucionar seus problemas coletivos? Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar os atores e seus papéis no estímulo à inovação social, por meio de uma revisão sistemática de literatura (RSL), a partir da base da Scopus®.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o tópico a seguir apresenta um referencial teórico, que apresenta a evolução do conceito da IS e dos EIS apresentando os atores fundantes e seus respectivos papéis. O terceiro tópico apresenta os procedimentos metodológicos executados para a revisão sistemática. O quarto tópico traz as conclusões e direcionamentos para pesquisas futuras, de modo a recapitular as principais ideias discutidas ao longo das seções, as limitações, o que se sabe e o que é preciso saber sobre o tema em questão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Inovação Social (IS) e Ecossistemas de Inovação Social (EIS)

Ao longo dos anos, o campo da inovação passou por diversas transformações, contudo foram os movimentos sociais expressivos que colaboraram para o nascimento de um despertar socioambiental a respeito da inovação, que tem um caráter coletivo e visa transformações das relações sociais (ANDRÉ; ABREU, 2012). A história da IS pode ser rastreada em três fases principais: tradição, modernidade e pós-modernidade (LEADBEATER, 2009). A primeira fase é a da tradição: a inovação social estava enraizada em comunidades locais e práticas culturais. Ela envolvia soluções criativas para problemas sociais dentro dessas comunidades, como cooperativas de agricultores, associações de vizinhos e práticas de mutualismo. A IS

nesse período era impulsionada pela necessidade e pelo conhecimento coletivo, transmitido de geração em geração.

A segunda fase é a da modernidade: com a chegada desse período, houve uma mudança no modelo de **IS**. Ela passou a ser impulsionada pelo Estado e por instituições públicas, que buscavam soluções para problemas sociais através de políticas governamentais, programas de bem-estar social e sistemas de educação pública. A inovação social nessa fase era caracterizada pela centralização do poder e da expertise nas mãos das instituições estatais.

A terceira e última fase é da pós-modernidade: a **IS** começou a se descentralizar e se diversificar novamente. Surgiram movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e empreendedores sociais que buscavam abordar questões sociais de forma inovadora e colaborativa. A **IS** passou a ser impulsionada por uma combinação de atores, incluindo indivíduos, comunidades, setor privado, setor público e organizações da sociedade civil. Novas abordagens, como economia solidária, negócios sociais e *crowdfunding*, surgiram como formas de promover a **IS**.

Desse modo, embora a multiplicidade de definições para **IS** possa gerar incertezas, também representa a diversidade cultural, intelectual e contexto social, político e econômico no tempo e no espaço. O que está em questão é o debate contínuo em busca de um alinhamento das dimensões e das características essenciais para a compreensão do constructo (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Edwards-Schachter, Matti e Alcántara (2012) sistematizaram as características identificadas em 76 definições de **IS**, revelando algumas características convergentes, como o empoderamento e desenvolvimento de capacidades de grupos desfavorecidos, participação e colaboração das pessoas na tomada de decisões e processos de governação local, alcance de resultados voltados para a melhoria do bem-estar social, sustentabilidade, inclusão social e qualidade de vida de grupos, e o protagonismo de indivíduos, movimentos sociais, organizações do terceiro setor, empresas e Estado no desenvolvimento de iniciativas de **IS** e na relação entre esses atores sociais como forma de colaboração e cooperação.

Portanto, a **IS** pode ser definida como a elaboração de soluções para as necessidades coletivas, de forma melhor e mais eficazmente, levando em consideração fatores como justiça, equidade e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, as inovações sociais se diferenciam das inovações convencionais, cujo foco é potencializar ganhos financeiros (ALVES; RIBEIRO; SANTOS, 2017). Qualquer concepção de tais sistemas deve considerar que as inovações sociais são fenômenos emergentes que podem assumir inúmeras formas e abranger múltiplas esferas de atividade, atores e setores. Além disso, é importante notar que "a **IS** é muitas vezes altamente contingente e sensível ao contexto" (NICHOLLS et al., 2012).

2.2 Os atores que atuam dentro do Ecossistema de Inovação Social

Na visão de Andion et al (2020) o **EIS** se caracteriza por uma interconexão complexa entre diferentes atores, como empresas, organizações governamentais, pesquisadores e usuários finais. Cada um desses atores desempenha um papel significativo na formação e na transformação do ecossistema, contribuindo com suas ações, práticas e experiências. Essa perspectiva reconhece a importância das interações entre os atores e como essas interações moldam a evolução dos sistemas de informação. Ademais, as autoras propõem uma perspectiva pragmática e adaptativa para compreender o **EIS** como uma oportunidade de construir futuros possíveis. Enfatiza-se a importância de analisar as trajetórias de longo prazo baseadas em ações, práticas e experiências lideradas pelos próprios atores envolvidos no ecossistema, uma vez que essa abordagem reconhece a natureza dinâmica dos **EIS**, que estão em constante evolução e mudança. Ao invés de uma visão estática e predeterminada, Andion et al (2020) sugerem a adoção de uma perspectiva adaptativa, que permita aos atores do

ecossistema não só identificar padrões e tendências para se ajustarem às demandas emergentes, mas também aproveitarem as oportunidades que surgem ao longo do tempo, construindo futuros possíveis mais promissores e sustentáveis.

O Quadro 1 relaciona alguns EIS de diferentes partes do mundo, casos que ilustram a trajetória e configuração adotada por meio da colaboração entre diferentes atores, incluindo empresas, organizações sem fins lucrativos, universidades e governos. Além disso, eles destacam a importância de uma ampla gama de componentes, incluindo espaços físicos, programas de capacitação e mentorias, redes de investidores sociais e parcerias estratégicas para o sucesso do EIS.

Contudo, embora o EIS seja uma abordagem promissora para lidar com os desafios sociais, é importante reconhecer suas limitações e desafios. De acordo com Bocken et al. (2014), um dos maiores desafios é a falta de recursos financeiros para apoiar a inovação social, especialmente para projetos iniciais. Consequentemente, as barreiras regulatórias podem limitar a capacidade dos inovadores sociais de experimentar novas soluções.

Quadro 1 - Exemplos de Ecossistema de Inovação Social nos países

Tema	Objetivo	Atores	Contexto	Autores
A criação de espaços de coworking, aceleradoras de negócios sociais, incubadoras de projetos, plataformas digitais para compartilhamento de conhecimentos e recursos, e eventos para a comunidade empreendedora social	Gerar soluções para problemas sociais, econômicos e ambientais da cidade	Empresas, organizações sem fins lucrativos e universidades	Barcelona, Espanha	Moulaert et al.(2013)
Desenvolvimento de incubadoras de negócios sociais, aceleradoras de projetos, programas de capacitação e mentorias para empreendedores sociais, além de uma rede de investidores sociais e organizações de apoio	Resolver os desafios sociais e ambientais do país, incluindo a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental	Organizações locais e internacionais	Nairobi, Quênia	Atieno-Odhiambo (2002)
Criação de espaços públicos para a comunidade, a oferta de programas de capacitação e mentorias para empreendedores sociais, a criação de fundos de investimento social e o estabelecimento de parcerias entre o setor público, o setor privado e organizações sem fins lucrativos	Promover a inovação social como uma forma de superar a pobreza e a violência	Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e econômico da cidade	Ásia e na América Latina	Pinheiro et al. (2010)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Levando em consideração o contexto histórico, foi a partir da segunda metade do século XX, que a inovação social começou a receber mais atenção como uma resposta política ao discurso dominante da inovação tecnológica e, conseqüentemente, uma quantidade considerável de estudos e análises foi produzida ao longo dos anos para auxiliar na solução dos problemas coletivos. Como resultado, é possível visualizar como alguns países aplicaram os conhecimentos construídos - por meio dessas teorias elaboradas pelos autores de diferentes nacionalidades - e até então estão atendendo certas necessidades da sua população.

O primeiro país do quadro, Espanha, designou no estudo, a cidade Barcelona para promover a sustentabilidade, a inclusão social e o empreendedorismo social como parte de sua visão de desenvolvimento urbano. O segundo, Quênia, utiliza os conhecimentos que permeiam a inovação social para resolver os desafios sociais e ambientais do país, incluindo a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental.

Para superar esses desafios e gerar novas perspectivas, é necessário um compromisso claro e contínuo dos atores do ecossistema. A colaboração e o diálogo entre esses agentes são essenciais para criar um ambiente de apoio e incentivar a inovação social (MULGAN et al., 2006). Outra maneira de superar essas limitações é buscar novas fontes de financiamento, como parcerias público-privadas, fundos de investimento social e *crowdfunding* (BOCKEN et al., 2014) Ademais, as redes e plataformas de inovação social podem ajudar a conectar inovadores sociais a recursos e oportunidades, como mentoria, treinamento e espaço de trabalho (NICHOLLS; MURDOCK, 2012). Existe uma carência de estudos envolvendo ambientes de *coworking*. Ambientes de *coworking* oferecem infraestrutura e espaço para facilitar a interação profissional e social, que permitem a troca de conhecimento, criatividade e inovação de processos (BOUNCKEN; REUSCHL, 2018).

O desenvolvimento de um EIS pode enfrentar vários desafios, mas com o compromisso de todos os atores envolvidos e a busca de novas fontes de financiamento e redes de suporte, essas limitações podem ser superadas. As melhores práticas incluem a colaboração, o diálogo e o acesso a recursos e oportunidades.

3. MÉTODO

Para avançar no conhecimento, é essencial construir um panorama dos trabalhos já realizados. Uma revisão sistemática da literatura (RSL) é capaz de fornecer uma compreensão ampla e profunda do corpo existente de estudos, permitindo a identificação de possíveis lacunas a serem exploradas (XIAO; WATSON, 2019). Ao contrário de uma revisão de literatura convencional, a RSL é um projeto de pesquisa independente que investiga uma questão claramente definida, geralmente derivada de problemas práticos, utilizando estudos já existentes (DENYER; TRANFIELD, 2009).

Neste estudo, a RSL utilizada seguiu os procedimentos descritos em Randolph (2009). O primeiro passo foi formular um ou mais questionamentos relevantes sobre os atores e seus papéis no estímulo à IS. A questão geral da pesquisa é: Em que medida a falta de efetividade na atuação dos atores pode enfraquecer a capacidade de um território para resolver seus problemas coletivos? Essa indagação aborda os objetivos deste trabalho.

A segunda etapa consiste na coleta de dados. A partir do problema de pesquisa, uma possibilidade de busca seria “papel dos atores dentro do ecossistema de inovação social”. Entretanto, na revisão de literatura apresentada em Durst e Poutanen (2013), poucos estudos utilizaram o termo “ecossistema de inovação” para descrever o ambiente o qual estudavam (OH et al., 2016). Na revisão apresentada em Oh et al. (2016), poucos artigos acadêmicos usaram o termo “ecossistema de inovação” de uma maneira que o distinguiria de um “sistema de inovação”. A base de dados utilizada no processo de busca foi Scopus. Durante a pesquisa foram combinadas duas *strings* de busca (“*social innovation*” AND *ecosystem**) e (*actor** OR *agent**). Baseado em Atkinson et al. (2015), foram definidos os critérios de inclusão e exclusão de trabalhos na revisão, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Critérios de identificação e seleção de documentos

Critério	Atributos
Inclusão	Artigos e revisões Termos de busca presentes no título, resumo ou palavras-chaves Documentos publicados em inglês, espanhol e português Documentos relacionados ao ecossistema de inovação social Documentos que abordassem o papel dos atores dentro do EIS Documentos cujo foco de estudo seja a integração dos atores que participam do EIS

Exclusão	Documentos de conferências, editoriais, livros ou outros. Publicações em outros idiomas (≠inglês, espanhol e português) Pesquisas sem robustez metodológica Não relacionados ao ecossistema de inovação social e/ou ao papel dos atores
----------	--

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A busca foi efetuada em março de 2023. Considerando apenas artigos de áreas de conhecimento como administração, ciência social, ciência ambiental e economia, 54 artigos foram escolhidos para prosseguirem no processo de revisão. Após uma leitura atenta dos títulos e resumos destes artigos selecionados, considerando os critérios descritos no Quadro 2, 25 artigos foram considerados na amostra final e lidos de forma integral.

4. Atores e seus papéis

O levantamento considerado no estudo identifica como ator fundante do **EIS** as seguintes unidades de análise: a comunidade, a empresa, a universidade e o governo. Entende-se por unidade de análise um integrante do ecossistema de inovação (JACKSON, 2011), nesse caso social. Estas unidades foram encontradas na seguinte proporção: universidade (quatro artigos), empresa (cinco artigos), comunidade (sete artigos) e governo (nove artigos).

A consideração de governo como unidade análise predomina, tendo nove artigos com tais objetos de estudo. Sete deles (LUKESCH, 2020; ANGLADA, 2022; SARKKI et al, 2019; SATTLER, 2022; GARCÍA-FLORES et al, 2019; MAČIULIENĖ, 2022; YACAMÁN-OCHOA, 2020) exploram como as estruturas e políticas podem promover ou impedir a inovação social. Dessa forma, as funções do governo segundo esses artigos são: políticas e regulamentações favoráveis (inclui a criação de incentivos fiscais e financeiros para organizações sociais e empreendedores sociais, simplificação dos processos burocráticos para a criação e operação de projetos sociais, e estabelecimento de programas de apoio financeiro e técnico específicos para a inovação social); parcerias com organizações sociais (podem envolver a colaboração em projetos e programas e a criação de espaços de diálogo e troca de conhecimento, ao trabalhar em conjunto, criar soluções inovadoras e abordar desafios sociais de forma mais eficaz); financiamento e investimento social (pode incluir a criação de programas de financiamento de projetos sociais e programas de capacitação para empreendedores sociais, o que significa reduzir as barreiras financeiras e fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento e implementação de iniciativas inovadoras com impacto social); capacitação e educação (fornecendo programas de treinamento e formação para empreendedores sociais e profissionais do setor social, ao investir na capacitação, o governo promove a criação de uma força de trabalho qualificada e estimula a inovação social); compras públicas sociais (isso envolve a incorporação de critérios sociais e ambientais nas licitações e contratos públicos, incentivando empresas e organizações a oferecerem soluções inovadoras que abordem desafios sociais, as compras públicas sociais podem ser uma importante fonte de demanda para produtos e serviços inovadores, estimulando o crescimento do setor da inovação social) e, finalmente, monitoramento e avaliação (medir o impacto das iniciativas e programas implementados, o que permite a identificação de boas práticas, a correção de falhas e a alocação eficiente dos recursos).

Já os outros dois focam em como o governo pode preparar políticas públicas para lidar com as mudanças climáticas (TOSTES et al., 2020; WEHN et al., 2021). Neles, é possível estabelecer como papéis do governo: estabelecer metas e compromissos (claras e ambiciosas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e enfrentar as mudanças climáticas, devem ser baseadas em evidências científicas e refletir a contribuição do país para o esforço global de mitigação das mudanças climáticas, além disso, o governo pode se

comprometer com acordos internacionais e parcerias globais para enfrentar o desafio climático); implementar regulamentações e instrumentos econômicos (que incentivem a redução de emissões e a transição para uma economia de baixo carbono, isso pode incluir a definição de padrões de eficiência energética para veículos, a imposição de limites de emissão para indústrias poluentes, a promoção de energias renováveis e a implementação de incentivos econômicos, como impostos sobre carbono e programas de comércio de emissões); promover a transição para energias limpas (pode incluir a implementação de políticas de incentivo, como tarifas de energia renovável, programas de financiamento e investimento em infraestrutura energética sustentável, o governo também pode promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias limpas e investir em projetos de demonstração); apoiar a adaptação às mudanças climáticas (pode incluir o fortalecimento da infraestrutura resiliente ao clima, o desenvolvimento de estratégias de gestão de recursos hídricos, o planejamento urbano sustentável e a promoção de práticas agrícolas adaptativas, o governo também pode fornecer recursos e apoio técnico para comunidades vulneráveis, de modo a reduzir os impactos das mudanças climáticas); investir em pesquisa e desenvolvimento (inclui o financiamento de projetos de pesquisa, a criação de centros de excelência e a colaboração com instituições acadêmicas e empresas privadas) e também envolver a sociedade e o setor privado (criação de fóruns de diálogo, a consulta pública na elaboração de políticas, a parceria com empresas para promover práticas sustentáveis).

Quadro 3 - Unidade de Análise Governo

Unidades	Objeto de estudo	Autores	Papel dos atores
Ator-Governo 9 artigos	Políticas para incentivar e possibilitar a inovação social.	Lukesch et al. (2020) Anglada (2022) Sarkki et al. (2019) Sattler (2022) García-Flores et al. (2019) Mačiulienė (2022) Yacamán-Ochoa et al. (2020)	Políticas e regulamentações favoráveis, parcerias com organizações sociais, financiamento e investimento social, capacitação e educação, compras públicas sociais, monitoramento e avaliação
	Políticas públicas para lidar com as mudanças climáticas	Toestes et al. (2020) Wehn et al. (2021)	Estabelecer metas e compromissos, implementar regulamentações e instrumentos econômicos, promover a transição para energias limpas, apoiar a adaptação às mudanças climáticas, investir em pesquisa e desenvolvimento, envolver a sociedade

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Sete artigos têm como objetos de estudo comunidades. Cinco deles abordam como os serviços e as inovações sociais se cruzam e criam - conjuntamente - valor transformador para indivíduos e comunidades (BARRIOS et al., 2023; SECCO et al., 2019; GROBBELAAR, 2022; PINTO et al., 2021; YACAMÁN-OCHOA et al., 2021), por meio de colaboração (entre os diferentes setores e partes interessadas, incluindo organizações sem fins lucrativos, empresas, governos locais e cidadãos a fim de identificar desafios e oportunidades e desenvolver soluções inovadoras que criem valor para todos); engajamento comunitário (criar laços com a comunidade desde o início, ouvir suas necessidades e perspectivas, e envolvê-los ativamente no desenvolvimento e implementação de serviços e inovações sociais, isso tudo pode ser feito por meio de consultas públicas, grupos de discussão, reuniões comunitárias e outras formas de participação cidadã); capacitação (fornecendo acesso a informações, recursos e oportunidades de aprendizado, incluindo programas de treinamento em habilidades

específicas, *workshops* educacionais, mentoria e apoio ao empreendedorismo social); promoção de redes de apoio (conectar indivíduos, organizações e recursos, permitindo que as inovações sociais sejam compartilhadas e replicadas em diferentes contextos); advocacia e sensibilização (papel importante na defesa de serviços e inovações sociais que criem valor transformador, o que pode envolver a conscientização do público, o trabalho com formuladores de políticas e a defesa de políticas e práticas que promovam a equidade, a inclusão e o desenvolvimento sustentável) e, por fim, monitoramento e avaliação (avaliar a eficácia dos serviços e inovações sociais, fornecendo feedback e contribuindo para a melhoria contínua, isso pode envolver a coleta de dados, a realização de pesquisas e a participação em processos de análise).

Já os outros dois estão ligados às comunidades rurais ou florestais (SECCO et al., 2019; SARKKI et al., 2019). A sociedade pode exercer diversos papéis nesse aspecto também: conscientização e advocacia (destacando as necessidades e preocupações dessas comunidades, por meio de campanhas de sensibilização, mídia social, artigos e eventos, pode também advogar por políticas e práticas que apoiem o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais); consumo responsável (ajudar as comunidades rurais ou florestais, o que envolve optar por produtos locais, orgânicos e sustentáveis, que apoiam a economia local e a preservação do meio ambiente, ao escolher produtos certificados ou provenientes de práticas agrícolas sustentáveis, os consumidores contribuem para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais e para a conservação dos ecossistemas florestais); turismo sustentável (valorizando a cultura local, os produtos artesanais, a gastronomia típica e as atividades tradicionais, já que ao visitar essas comunidades, os turistas podem contribuir diretamente para sua economia, desde que respeitem o ambiente natural e cultural, apoiem empreendimentos locais e adotem práticas responsáveis durante a visita); capacitação e apoio técnico (pode incluir programas de formação em áreas como agricultura sustentável, manejo florestal, técnicas de produção e empreendedorismo, uma vez que o compartilhamento de conhecimento e a transferência de habilidades podem fortalecer a autonomia e o desenvolvimento das comunidades, permitindo que enfrentem os desafios de forma mais eficaz); parcerias e investimentos (apoio com recursos financeiros, infraestrutura e expertise, o que pode envolver investimentos em projetos de desenvolvimento comunitário, cooperativas agrícolas, projetos de energia renovável, entre outros. O envolvimento da sociedade como parceira de longo prazo pode ajudar a impulsionar o crescimento econômico sustentável e a melhoria das condições de vida nas comunidades); preservação ambiental (através de ações como o reflorestamento, a proteção de áreas naturais, a reciclagem, o consumo consciente de recursos naturais, a redução do desperdício e iniciativas de educação ambiental).

Quadro 4 - Unidade de Análise Comunidade

Unidades	Objeto de estudo	Autores	Papel dos atores
Ator-Comunidade 7 artigos	Ligação entre serviços e inovações sociais	Barrios et al. (2023) Secco et al. (2019) Grobbelaar (2022) Pinto et al. (2021) Yacamán-Ochoa et al. (2021)	Colaboração, engajamento comunitário, capacitação, promoção de redes de apoio, advocacia e sensibilização, monitoramento e avaliação
	Comunidades rurais ou florestais	Secco et al. (2019) Sarkki et al. (2019)	Conscientização e advocacia, consumo responsável, turismo sustentável, capacitação e apoio técnico, parcerias e investimentos, preservação ambiental

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Cinco trabalhos trazem a empresa como principal objeto de investigação, sendo dois deles relacionados à implementação de iniciativas tecnológicas das empresas (GUERRERO et al., 2020; OH et al., 2022). Tais artigos levantam a importância das empresas no sentido de: investimento em pesquisa e desenvolvimento (para impulsionar a inovação tecnológica, isso envolve a alocação de fundos, pessoal qualificado e infraestrutura adequada para explorar novas tecnologias e desenvolver soluções inovadoras); parcerias com *startups* e instituições de pesquisa (para colaborar no desenvolvimento e implementação de tecnologias, fornecendo acesso a conhecimentos especializados, talentos inovadores e recursos adicionais); treinamento e capacitação (promovendo programas de educação continuada, workshops internos, *coaching* e mentorias para garantir que a equipe tenha as habilidades necessárias para utilizar e aproveitar plenamente as tecnologias implantadas); alocação de recursos adequados (incluindo orçamento, tempo, pessoal e infraestrutura, com a criação de equipes dedicadas, a definição de metas e prazos realistas, bem como o investimento em *hardware*, *software* e infraestrutura de rede); testes e prototipagem (para avaliar sua eficácia e identificar possíveis problemas, isso permite fazer ajustes, melhorias e correções antes da implementação completa, reduzindo riscos e otimizando os resultados) e, finalmente, monitoramento e avaliação (isso envolve a coleta de dados relevantes, análise de desempenho, *feedback* contínuo e, com base nessa avaliação, as empresas podem fazer ajustes e melhorias para garantir que as iniciativas tecnológicas atinjam seus objetivos).

Além desses cinco, dois artigos abordam o ecossistema empreendedor (SZEMZŐ et al., 2022; AUDRETSCH et al., 2022). Neles, os papéis das empresas estão relacionados com: incubadoras e aceleradoras (envolve fornecer espaço de trabalho, mentoria, acesso a recursos e *networking*, além de oportunidades de financiamento. Ao oferecer suporte estruturado, as empresas podem ajudar os empreendedores a desenvolverem suas ideias e transformá-las em negócios viáveis); parcerias e colaborações (compartilhamento de conhecimento, troca de recursos, acesso a mercados e co-criação de produtos ou serviços inovadores, essas parcerias beneficiam tanto as empresas estabelecidas quanto as startups, promovendo a inovação e a criação de valor mútuo); investimento em startups (por meio de capital de risco ou programas de investimento corporativo. Além do aporte financeiro, as empresas também podem fornecer orientação estratégica, acesso a redes de contatos e expertise do setor, esses investimentos ajudam a fortalecer o ecossistema empreendedor e a impulsionar a inovação); programas de mentoria e treinamento (compartilhar conhecimentos, experiências e melhores práticas com os empreendedores, ajudando-os a aprimorar suas habilidades de gestão, desenvolver estratégias de negócios eficazes e superar desafios); suporte a iniciativas locais (eventos, conferências e competições. Ao patrocinar essas iniciativas, as empresas ajudam a fortalecer a comunidade empreendedora, estimulam a inovação e promovem o *networking* entre empreendedores, investidores e especialistas do setor) e, por último, compartilhamento de recursos e infraestrutura (reduzindo custos e barreiras de entrada, o que pode incluir o compartilhamento de espaço de trabalho, equipamentos, tecnologia, serviços administrativos e outras facilidades. Essa colaboração facilita o acesso a recursos essenciais para as *startups* em estágios iniciais).

O último artigo que utiliza a empresa como unidade de análise foca na relação entre empresa e universidade, analisando como universidades empreendedoras em economias emergentes podem promover inovações frugais por meio de práticas estratégicas de transferência de conhecimento (FISCHER et al., 2021). Algumas funções são abordadas nele, por exemplo: estabelecer parcerias com comunidades locais (as universidades podem estabelecer parcerias estratégicas com comunidades locais, organizações da sociedade civil e empresas de base tecnológica, a fim de permitir a transferência de conhecimentos e tecnologias para resolver desafios específicos enfrentados pelas comunidades, especialmente aqueles relacionados a recursos limitados e restrições financeiras); desenvolver programas de

educação empreendedora (fornecendo habilidades, conhecimentos e ferramentas necessárias para promover a inovação frugal. Esses programas podem abranger temas como *design thinking*, modelos de negócios sustentáveis, pensamento criativo e resolução de problemas complexos); incentivar incubadoras e aceleradoras de empresas (esses espaços podem oferecer suporte técnico, acesso a mentores experientes, conexões com investidores e financiamento inicial. Ao fornecer recursos e orientação para empreendedores, as universidades ajudam a transformar ideias em produtos e serviços frugais com potencial de impacto positivo nas economias emergentes); realizar pesquisas aplicadas (alinhadas com as necessidades e desafios das economias emergentes, essas pesquisas podem resultar no desenvolvimento de soluções inovadoras e frugais que abordam problemas específicos, como acesso à energia, água potável, saúde e educação); estabelecer parcerias com o setor privado e governos (podem incluir projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, colaboração em programas de capacitação e compartilhamento de recursos); e, por fim, participar de redes de conhecimento e colaboração (tanto em nível nacional quanto internacional, o que pode incluir parcerias com outras instituições de ensino, participação em conferências e eventos relacionados à inovação frugal e o intercâmbio de melhores práticas).

Quadro 5 - Unidade de Análise Empresa

Unidades	Objeto de estudo	Autores	Papel dos atores
Ator- Empresa 5 artigos	Implementação de iniciativas tecnológicas das empresas	Guerrero et al. (2020) Oh et al. (2022)	Investimento em pesquisa e desenvolvimento, parcerias com startups e instituições de pesquisa, treinamento e capacitação, alocação de recursos adequados, testes e prototipagem, monitoramento e avaliação
	Ecossistema empreendedor	Szemző et al. (2022) Audretsch et al. (2022)	Incubadoras e aceleradoras, parcerias e colaborações, investimentos em startups, programas de mentoria e treinamento, suporte a iniciativas locais, compartilhamento de recursos e infraestrutura

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Quatro estudos focam suas investigações nas universidades, sendo um relacionado ao papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção da IS (KUMARI et al., 2020). Tal artigo designa como função das universidades: conhecimento (conduzir estudos e pesquisas sobre questões sociais e desafios enfrentados pelas comunidades, buscando soluções inovadoras, pode ajudar a identificar problemas sociais, entender suas causas e desenvolver abordagens inovadoras para enfrentá-los); ensino e formação (as universidades podem oferecer programas acadêmicos que enfatizem a inovação social e a responsabilidade social, isso pode incluir cursos, workshops e programas de pós-graduação que abordem temas como empreendedorismo social, desenvolvimento comunitário, sustentabilidade e ética nos negócios); incubação de projetos sociais (esses espaços oferecem orientação, suporte técnico, conexões com mentores e acesso a recursos necessários para lançar iniciativas inovadoras com impacto social, desse modo as universidades incentivam a inovação social e fornecem um ambiente propício para o desenvolvimento de ideias); engajamento cívico (entre seus estudantes, professores e funcionários, incentivando-os a se envolverem em atividades voluntárias e projetos sociais, isso pode incluir programas de serviço comunitário, participação em iniciativas de responsabilidade social corporativa e parcerias com organizações sem fins lucrativos, o que ajuda a criar uma cultura de responsabilidade social e incentiva a busca por soluções inovadoras para os problemas da sociedade) e, finalmente,

divulgação e transferência de conhecimento (pode ocorrer por meio de consultorias e serviços prestados por professores e pesquisadores às organizações sociais e governamentais, ao compartilhar conhecimento e experiências, as universidades contribuem para o fortalecimento da inovação social em um contexto mais amplo).

Os últimos três, que focam nas universidades como unidade de análise, fornecem uma estrutura conceitual para medir a IS que pode ser usada por acadêmicos para desenvolver medidas práticas (KRLEV et al., 2022; PADOVEZI et al., 2022; ANDION et al., 2020). Eles elencam como papéis dos institutos de ensino superior: revisão da literatura (permite identificar lacunas na pesquisa e estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento de uma estrutura conceitual); desenvolvimento de modelos teóricos (que ajudem a entender os mecanismos da inovação social e a identificar as dimensões relevantes para sua mensuração); pesquisa empírica (testar e validar a estrutura conceitual proposta, isso envolve a coleta de dados em diferentes contextos e a análise estatística para avaliar a confiabilidade e validade das medidas propostas); colaboração com outros pesquisadores (a colaboração multidisciplinar enriquece a perspectiva da pesquisa e contribui para o desenvolvimento de medidas mais abrangentes e precisas); interação com partes interessadas externas (permite uma compreensão mais profunda das necessidades e expectativas das partes interessadas, bem como a validação das medidas propostas em contextos do mundo real, ao envolver as partes interessadas, os acadêmicos garantem que as medidas da inovação social sejam relevantes e úteis para a prática) e, por último, divulgação de resultados (por meio de publicações acadêmicas, conferências e outros canais de divulgação, isso permite que outros pesquisadores e profissionais tenham acesso às medidas práticas da inovação social, promovendo a disseminação do conhecimento e a aplicação das medidas em diferentes contextos).

Quadro 6 - Unidade de Análise Universidade

Unidades	Objeto de estudo	Autores	Papel dos atores
Ator- Universidade 4 artigos	Relação entre empresa e universidade	Fischer et al. (2021)	Estabelecer parcerias com comunidades locais, desenvolver programas de educação empreendedora, incentivar incubadoras e aceleradoras de empresas, realizar pesquisas aplicadas, estabelecer parcerias com o setor privado e os governos
	Papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção da inovação social	Kumari et al. (2020)	Pesquisa, ensino e formação, incubação de projetos sociais, engajamento cívico, divulgação e transferência de conhecimento
	Modelo de avaliação da inovação social, replicadas por acadêmicos	Krlev et al. (2022) Padovezi et al. (2022) Andion et al. (2020)	Revisão da literatura, desenvolvimento de modelos teóricos, pesquisa empírica, colaboração com outros pesquisadores, interação com partes interessadas externas, divulgação de resultados

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observando-se a análise efetuada, nota-se uma lacuna de estudos comparando os **EIS**, sejam nacionais ou internacionais. Assim, a seguinte proposição é originada:

Proposição 1: Existe uma lacuna de estudos abordando tipologias do ecossistema de inovação social nos territórios. Posto que cada região possui suas idiossincrasias e peculiaridades respondendo aos problemas complexos e multidimensionais de forma distinta.

É importante mencionar que o campo da IS é interdisciplinar e em constante evolução, e diferentes autores têm abordagens e perspectivas distintas sobre o assunto. Contudo, alguns se destacam nesse aspecto tipológico: Mulgan (2006), que escreveu sobre as diferentes tipologias e modelos de inovação social, destacando a importância da colaboração entre diversos atores e a combinação de abordagens de negócios e sociais; Westley (2016), que explorou as dinâmicas e os padrões emergentes no ecossistema de inovação social, analisando como diferentes organizações e atores interagem e criam impacto social, contribuindo para a compreensão das tipologias no ecossistema e Howaldt et al. (2010), que analisou as tipologias no contexto dos ecossistemas de inovação social, enfatizando as diferentes formas de empreendedorismo social e as interações entre os atores envolvidos.

Nessa perspectiva, o EIS nos territórios é composto por uma variedade de atores e iniciativas que trabalham em conjunto para abordar desafios sociais e promover mudanças positivas na sociedade. Essas iniciativas podem ser agrupadas em diferentes tipologias, dependendo de suas características e abordagens. Logo abaixo, o Quadro 6 irá apresentar algumas tipologias que são comuns e podem ser encontradas em diversos textos que abordam o ecossistema de inovação social:

Quadro 6 - Tipologias recorrentes na inovação social dos territórios

Tipologias	Definição	Função
Empreendedorismo social	Criação de empreendimentos com fins sociais, que combinam princípios de negócios com a missão de gerar impacto positivo.	Identificam problemas sociais e desenvolvem soluções inovadoras para enfrentá-los, buscando simultaneamente sustentabilidade financeira e impacto social.
Organizações da sociedade civil	Inclui organizações sem fins lucrativos, e outras entidades que trabalham para abordar questões sociais e promover mudanças em comunidades específicas ou em nível mais amplo.	Atuam como intermediárias entre diferentes partes interessadas e desempenham um papel fundamental na mobilização social.
Laboratórios de inovação social	Envolve espaços dedicados à experimentação e à cocriação de soluções para desafios sociais.	São ambientes onde diversos atores colaboram para desenvolver, testar e iterar soluções para problemas complexos. Eles geralmente adotam uma abordagem participativa e baseada na coleta de dados e evidências.
Investidores de impacto	Inclui investidores, tanto individuais como institucionais, que buscam gerar impacto social além do retorno financeiro.	Dispostos a aceitar riscos em troca do potencial de transformação social, investindo em startups sociais, fundos de investimento de impacto ou fornecer financiamento misto (<i>grant + equity</i>) para empreendimentos sociais.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ademais, ressalta-se que essas tipologias não são mutuamente exclusivas e muitas vezes se sobrepõem e interagem entre si. Também é importante lembrar que o ecossistema de inovação social é complexo e dinâmico, com diferentes atores e iniciativas desempenhando papéis complementares para impulsionar a mudança social e promover um desenvolvimento sustentável.

5. CONCLUSÕES

Conforme os estudos de Callon (1986), é desafiador mapear as funções dos atores dentro do ecossistema de inovação social e entender suas contribuições específicas para a inovação social, principalmente considerando o debate contínuo em busca de um alinhamento das dimensões e das características essenciais para a compreensão do conceito de inovação social (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Para que um ecossistema de inovação seja considerado saudável, é preciso que haja uma cultura de inovação, que os atores do ecossistema possam colaborar e compartilhar conhecimento, que haja financiamento adequado para iniciativas inovadoras e que haja um ambiente regulatório propício à inovação. Além disso, a diversidade de atores e iniciativas é importante, assim como uma abordagem aberta e inclusiva à inovação (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2013).

O interesse por estudos envolvendo o EIS se concentra, principalmente, em governos, comunidades, empresas, universidades e relações, sejam elas universidade-empresas, governo comunidade, entre outras. Tais unidades de análise são componentes relevantes no ecossistema local, o que explica o interesse em tais objetos de estudo. A partir destas constatações, foi apresentada a proposição de que há uma lacuna de estudos envolvendo ambientes de *coworking* do ecossistema de inovação social, conforme feito em estudos como os de Bouncken e Reuschl (2018). Também foi identificado um *gap* de estudos comparativos entre o ecossistema de inovação social com outros ecossistemas, sejam nacionais ou internacionais.

Há oportunidades de estudos que abordem o papel dos atores dentro do ecossistema de inovação social. Bruneel (2012) destaca que a maioria dos estudos existentes sobre os atores do ecossistema de inovação social tendem a se concentrar, principalmente, em atores individuais, como empreendedores sociais e organizações sociais. No entanto, ele argumenta que essa abordagem limitada não reflete a complexidade e a interconexão dos atores envolvidos nesse ecossistema e na resposta única apresentada por cada território e sua trajetória. Para o autor, é necessário adotar uma abordagem mais holística e integrada ao estudar os atores do ecossistema de inovação social, levando em consideração suas interações, dinâmicas de poder, redes de relacionamento e influências mútuas.

O artigo atende seu objetivo em identificar os atores e seus papéis no estímulo à inovação social. Constatou-se que a curiosidade por tais estudos é recente em formato de artigos (mais antigo publicado em 2015), tanto internacional quanto nacionalmente. O interesse também está fortemente relacionado com a localização ou vínculo dos estudiosos com o ambiente educacional local. Verificou-se a existências de possíveis *gaps* que podem ser explorados para expandir a literatura, assim como também sugere-se uma análise mais ampla - considerando mais variáveis. Outro fator que merece destaque é a pouca expressividade em publicações no Brasil. Acredita-se baseado em Andion et al (2020) que há um EIS em expansão, com várias iniciativas em áreas como educação, saúde, habitação e sustentabilidade. Portanto, enquanto algumas nações já fizeram seu levantamento, aplicaram suas iniciativas e estão monitorando os resultados; o Brasil segue lentamente - em bases internacionais de pesquisa, como Scopus, é possível perceber a quantidade extremamente baixa de autores brasileiros que abordam o tema. Isso só reforça a proposição de que são necessárias adaptações, visto que nenhum território é igual ao outro.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, G.; RIBEIRO, J.; SANTOS, L. Inovação social: conceitos, práticas e desafios. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 2, p. 203-219, 2017.

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Social innovation ecosystems, sustainability, and democratic experimentation: a study in Florianopolis, Brazil. **Revista de administração pública**, v. 54, n. 1, p. 181–200, 2020.

ANDRÉ, I.; ABREU, A. **Dimensões e espaços da inovação social**. Finisterra, v. 41, n. 81, 2012.

ANGLADA, S. E.. Cultural commons as a key for bottom-linked policies. An exploration of the support for public and community partnerships in Barcelona. **On the w@terfront**, v. 64, n. 12, p. 3–39, 2022.

ATIENO-ODHIAMBO, E. S. Hegemonic enterprises and instrumentalities of survival: Ethnicity and democracy in Kenya. **African studies**, v. 61, n. 2, p. 223–249, 2002.

ATKINSON, K. M. et al. Reporting standards for literature searches and report inclusion criteria: making research syntheses more transparent and easy to replicate: Reporting Standards for Literature Searches. **Research synthesis methods**, v. 6, n. 1, p. 87–95, 2015.

AUDRETSCH, D. B.; EICHLER, G. M.; SCHWARZ, E. J. Emerging needs of social innovators and social innovation ecosystems. **International entrepreneurship and management journal**, v. 18, n. 1, p. 217–254, 2022.

BARRIOS, A.; CAMACHO, S.; ESTRADA-MEJIA, C. From service to social innovation with a service-dominant logic approach. **Journal of services marketing**, v. 37, n. 2, p. 201–215, 2023.

BOCKEN, N. M. P. et al. A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes. **Journal of cleaner production**, v. 65, p. 42–56, 2014.

BOUNCKEN, R. B.; REUSCHL, A. J. Coworking-spaces: how a phenomenon of the sharing economy builds a novel trend for the workplace and for entrepreneurship. **Review of managerial science**, v. 12, n. 1, p. 317–334, 2018.

BRUNEEL, J. et al. The Evolution of Business Incubators: Comparing demand and supply of business incubation services across different incubator generations. **Technovation**, v. 32, n. 2, p. 110–121, 2012.

CALLON, M. **The sociology of an actor-network**: The case of the electric vehicle. In: Mapping the Dynamics of Science and Technology. London: Palgrave Macmillan UK, 1986. p. 19–34.

CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J. **Mode 3 knowledge production in quadruple helix innovation systems**: Quintuple helix and social ecology. In: Encyclopedia of Creativity, Invention, Innovation and Entrepreneurship. New York, NY: Springer New York, 2013. p. 1293–1300.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **Die Zwänge kollektiven Handelns**: Über Macht und Organisation. [s.l.] Hain, Anton, 1993.

- DENYER, D., TRANFIELD, T. **Producing a systematic review**. In D. A. Buchanan & A. Bryman (Eds.), *The Sage Handbook of Organiz. Research Methods*. London: Sage, 2009.
- DURST, S.; POUTANEN, P. **Success factors of innovation ecosystems**-Initial insights from a literature review. *Co-create 2013*, p. 27-38, 2013.
- EDWARDS-SCHACHTER, M. E.; MATTI, C. E.; ALCÁNTARA, E. Fostering quality of life through social innovation: A living lab methodology study case: Social innovation and living labs. **The review of policy research**, v. 29, n. 6, p. 672–692, 2012.
- FISCHER, B. et al. Knowledge transfer for frugal innovation: where do entrepreneurial universities stand? **Journal of knowledge management**, v. 25, n. 2, p. 360–379, 2020.
- GARCÍA-FLORES, V.; PALMA MARTOS, L. Innovación social: Factores claves para su desarrollo en los territorios. **CIRIEC-España revista de economía pública social y cooperativa**, n. 97, p. 245, 2019.
- GROBBELAAR, S. Learning from each other: Lessons from innovation for inclusive development literature. **IEEE engineering management review**, v. 50, n. 4, p. 71–78, 2022.
- GUERRERO, M.; URBANO, D. Institutional conditions and social innovations in emerging economies: insights from Mexican enterprises' initiatives for protecting/preventing the effect of violent events. **The Journal of technology transfer**, v. 45, n. 4, p. 929–957, 2020.
- HO, J.-Y.; YOON, S. Ambiguous roles of intermediaries in social entrepreneurship: The case of social innovation system in South Korea. **Technological forecasting and social change**, v. 175, n. 121324, p. 121324, 2022.
- HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. **Social Innovation**. Concepts, research fields and international trends. Aachen, Germany: Technische Hochschule Aachen Zentrum f. Lern- u. Wissensmanagement, 2010.
- JACKSON, Deborah J. What is an innovation ecosystem. **National Science Foundation**, v.1, n. 2, 2011
- KRLEV, G.; TERSTRIEP, J. Pinning it down? Measuring innovation for sustainability transitions. **Environmental innovation and societal transitions**, v. 45, p. 270–288, 2022.
- KUMARI, R. et al. Co-creation for social innovation in the ecosystem context: The role of Higher Educational Institutions. **Sustainability**, v. 12, n. 1, p. 307, 2019.
- LEADBEATER, C. **Public Service Innovation**. *The Guardian*, p. 1–5, 2009.
- LUKESCH, R. et al. Social innovation, societal change, and the role of policies. **Sustainability**, v. 12, n. 18, p. 7407, 2020.
- MAČIULIENĖ, M. Beyond Open Access: Conceptualizing Open Science for knowledge co-creation. **Frontiers in communication**, v. 7, 2022.
- MAIR, J.; MARTÍ, I. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. **Journal of world business**, v. 41, n. 1, p. 36–44, 2006.

- MARCON, C.; MOINET, N. **La Stratégie-réseau**. Paris: Éditions Zéro Heure, 2000
- MOULAERT, F. et al. (EDS.). **The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham, England: Edward Elgar Publishing, 2013.
- MOULAERT, F. et al. Introduction: Social innovation and governance in European cities: Urban development between path dependency and radical innovation. **European urban and regional studies**, v. 14, n. 3, p. 195–209, 2007.
- MULGAN, G. The process of social innovation. **Innovations Technology Governance Globalization**, v. 1, n. 2, p. 145–162, 2006.
- MULGAN, G.; TUCKER, S.; WILKIE, N. **Social Silicon Valleys: A Manifesto for Social Innovation - What it is, Why it Matters, How it Can be Accelerated**. London, England: Young Foundation, 2006.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation: Ways to design, develop and grow social innovation**. London, England: NESTA, 2010.
- NICHOLLS, A.; MURDOCH, J. Creating new markets through social entrepreneurship: understanding the role of mission-related investment. **Research Policy**, v. 41, n. 6, p. 1016-1028, 2012.
- NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. The Nature of Social Innovation. *In: Social Innovation*. London: Palgrave Macmillan UK, 2012. p. 1–30.
- OH, D.-S. et al. Innovation ecosystems: A critical examination. **Technovation**, v. 54, p. 1–6, 2016.
- PADOVEZI, A. et al. Bridging social innovation with forest and landscape restoration. **Environmental policy and governance**, v. 32, n. 6, p. 520–531, 2022.
- PICKETT, S. T. A.; CADENASSO, M. L. The ecosystem as a multidimensional concept: Meaning, model, and metaphor. **Ecosystems (New York, N.Y.)**, v. 5, n. 1, p. 1–10, 2002.
- PINHEIRO, M. F.; TAPAJÓS, L.; RODRIGUES, M. **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.
- PINTO, H. et al. The emergence of a Social Innovation Ecosystem in Portugal: An exploratory approach based on the perspective of strategic stakeholders. **European public & social innovation review**, v. 6, n. 2, p. 15–34, 2021.
- RANDOLPH, J. A guide to writing the dissertation literature review. University of Massachusetts Amherst, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7275/B0AZ-8T74>>
- REGIS, J. F. V.; CAMPOS, A. C. C. F. **O paradigma tecnológico e a revolução informacional: fundamentos da sociedade da informação**. 2009.
- SÁNCHEZ-BARRIO LUENGO, F.; ARAGONÉS-BELTRÁN, P.; LÓPEZ-CELORIO, Í. The social innovation ecosystem: A new framework to accelerate social change. **Technology**

Innovation Management Review, [s.l.], v. 5, n. 10, p. 12-21, out. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22215/timreview/918>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SARKKI, S. et al. Beyond participation! Social innovations facilitating movement from authoritative state to participatory forest governance in Ukraine. **Landscape ecology**, v. 34, n. 7, p. 1601–1618, 2019.

SATTLER, C. Using Process Net-Map to analyze governance innovations in the forestry sector. **Ecosystem services**, v. 55, n. 101433, p. 101433, 2022.

SECCO, L. et al. Towards a method of evaluating social innovation in forest-dependent rural communities: First suggestions from a science-stakeholder collaboration. **Forest policy and economics**, v. 104, p. 9–22, 2019.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SZEMZŐ, H. et al. Flexibility and adaptation: Creating a strategy for resilience. **Sustainability**, v. 14, n. 5, p. 2688, 2022.

TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology*, v. 16, n. 3, p. 284-307, 1935 apud WILLIS, A. J. The Ecosystem: An Evolving Concept Viewed Historically. **Functional Ecology**, v. 11, n. 2, p. 268-271, abr. 1997

TERSTRIEP, J.; REHFELD, D.; KLEVERBECK, M. Favourable social innovation ecosystem(s)? – An explorative approach. **European planning studies**, v. 28, n. 5, p. 881–905, 2020.

TOSTES, M. et al. Water resources management in vulnerable ecosystems: Quiroz river basin, Piura. **European journal of sustainable development**, v. 9, n. 4, p. 33, 2020.

WEHN, U. et al. Strengthening the knowledge base to face the impacts of climate change on water resources in Africa: A social innovation perspective. **Environmental science & policy**, v. 116, p. 292–300, 2021.

WESTLEY, F. R. et al. How game changers catalyzed, disrupted, and incentivized social innovation: three historical cases of nature conservation, assimilation, and women’s rights. **Ecology and society: a journal of integrative science for resilience and sustainability**, v. 21, n. 4, 2016.

XIAO, Y.; WATSON, M. Guidance on conducting a systematic literature review. **Journal of planning education and research**, v. 39, n. 1, p. 93–112, 2019.

YACAMÁN-OCHOA, C.; GARCÍA-LLORENTE, M. Enfoque cooperativo y custodia del territorio: dos factores impulsores de la transición agroecológica de los sistemas agroalimentarios locales. **Estudios geográficos**, v. 81, n. 289, p. e050, 2020.

YACAMÁN-OCHOA, C.; SÁNCHEZ MORAL, S.; DE LA FUENTE, R. La innovación social como herramienta para hacer frente a los retos urbanos: una aproximación al proyecto MARES-Alimentación (Madrid). **Documents d’analisi geogràfica**, v. 67, n. 3, p. 365–387, 2021.